



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

JANIELE SOUZA DA SILVA

**LINHA DE PESQUISA
GEOGRAFIA RURAL E AGRÁRIA**

**CPT, MST E POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA: CONFLITOS EM TORNO DA
QUESTÃO AGRÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NOS ASSENTAMENTOS
MONSENHOR LUIGI PESCARMONA E MARGARIDA MARIA ALVES I**

**GUARABIRA/PB
2014**

JANIELE SOUZA DA SILVA

CPT, MST E POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA: CONFLITOS EM TORNO DA
QUESTÃO AGRÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NOS ASSENTAMENTOS
MONSENHOR LUIGI PESCARMONA E MARGARIDA MARIA ALVES I

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, em cumprimento a exigência para a obtenção do título de Licenciada em Geografia. Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima.

GUARABIRA/PB
2014

S586c Silva, Janiele Souza da
CPT, MST e políticas de reforma agrária [manuscrito] : conflitos em torno da questão agrária e da luta pela terra nos assentamentos Monsenhor Luigi Pescarmona e Margarida Maria Alves I / Janiele Souza Da Silva. - 2014.
40 p. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Edvaldo Carlos de Lima, Departamento de Geografia".

1. Reforma Agrária. 2. Movimentos Sociais 3. Conflitos sociais. I. Título.

21. ed. CDD 333.31

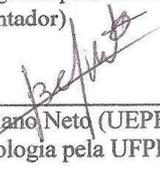
JANIELE SOUZA DA SILVA

MST, CPT E POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA: CONFLITOS EM TORNO DA
QUESTÃO AGRÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NOS ASSENTAMENTOS
MONSENHOR LUIGI PESCARMONA E MARGARIDA MARIA ALVES I

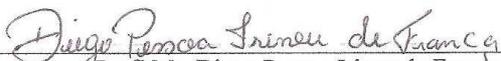
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/DG/CH)
Doutor em Geografia pela UFPE
(Orientador)



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/DG/CH)
Doutor em Sociologia pela UFPB



Prof. Ms. Diego Pessoa Irineu de França

Aprovado em 06/03/2014

GUARABIRA/PB
2014

DEDICATÓRIA

Dedico a todos os professores que colaboraram de forma direta ou indireta na minha aprendizagem, que me ensinaram a ter um novo olhar sobre as mais simples paisagens que estão ao nosso redor. Tendo em destaque o Professor e Orientador Edvaldo Carlos de Lima que com sua forma crítica de ensinar, sempre nos instigou na busca de novos conhecimentos e a maneira como podemos transformar a nossa vida e as demais através do mesmo. Por fim dedico a todos aqueles que fazem parte dos movimentos sociais, que lutam diariamente por seus direitos.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus criador, o qual muitos questionam ou tentam explicar sua existência. E que apesar de todos os questionamentos sempre se fez presente em minha vida. Vida que às vezes parece não ter lógica, ou são as pessoas que não compreenderam ainda sua essência. É preciso ser atento aos pequenos detalhes, pois são através deles que descobrimos o valor de uma realidade e aprendemos a olhar as miudezas da vida que fazem toda diferença. E independente de qualquer crença ou religião me faz acreditar num mundo mais justo, mais humano e mais fraterno.

Ao concluir este SONHO, lembro-me de muitas pessoas a quem resalto reconhecimento, pois, esta conquista concretiza-se com a contribuição de cada uma delas, seja direta ou indiretamente, estiveram presentes no decorrer de cada dia, me dando força para que neste momento completasse essa etapa tão significativa para mim.

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais. José Luis, trabalhador e cidadão honesto o qual gostaria de ter herdado parte da sua calma e paciência. Homem de poucas palavras, que gosta de seus momentos de silêncio e sempre preferiu ensinar assim, dando seu próprio exemplo. Orgulho-me e agradeço todos os dias pelo pai que me foi concedido. Agradeço também a minha mãe Marilene Souza. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que deu, em vários momentos, a esperança para seguir. Agradeço por todo carinho, amor, e cuidado. Por me ligar todos os dias em que estive longe de casa, fazendo com que nunca me sentisse sozinha e por tentar de toda maneira sempre me ajudar. Por cada bronca e puxões de orelhas, quando foi necessário. E principalmente por me ensinar a ser justa sempre e com todos.

Aos meus irmãos Joedna Mileide e Joelson Souza, por me apoiarem e me ajudarem de todas as formas a continuar, mesmo nos momentos difíceis. Ser irmão é mais que ser amigos, nunca vai deixar de ser em determinado momento, são laços eternos, e eu não poderia ter irmãos melhores que estes. Não poderiam faltar meus cunhados Agamenon e Lucineide que chegaram para completar a família. Afinal, me deram os melhores sobrinhos que alguém poderia ter. A Livia Layane sempre inteligente e educada, Emanuel Vitor o mais esperto e também muito inteligente, Ketyli que desde pequena já sabe o que não é ter “papas na língua” fala pelos cotovelos, e aos mais novos xodós Esther Vitória e ao tão esperado Kafky Victor.

A todos da minha família que de alguma forma incentivaram-me na constante busca pelo conhecimento, em especial a dona Rita, minha avó querida e aos primos Janilson que foi fundamental no início do curso, por jamais dizer não quando precisei de transporte. E ao Breno Hugo por nunca me abandonar nas caronas da vida de idas e vindas da UEPB.

A Gisele Cunha, a qual nossa amizade já é um relacionamento sem fim, e mesmo longe se mantém presente na minha vida, ensinado que amizade deve está em primeiro lugar. E Ianne Eloise a qual faz parte da minha vida desde os 4 anos de idade e a qual sei que posso contar sempre. Amigas que me ensinaram que amizade de infância é pra vida toda.

A Joelma Carla, Walkiria Andrade, Patrícia Bezerra e Silvania Chagas que além de serem companheiras de republicas, se tornaram minha família durante esse período e certamente continuaram a fazer parte da minha vida para sempre. Agradeço a todas por cada risada, momentos de alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Cada madrugada que passamos acordadas estudando, e todas as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhorou tudo o que tenho produzido na vida. Sem dúvida conviver com elas foi uma das melhores fases da minha vida e que rederam grandes histórias que certamente guardaremos pra vida toda.

A minha amiga Renata de Lima. Agradeço por todas as aventuras vividas, todos os desabafos ouvidos, por todas as lágrimas enxugadas, por cada história compartilhada, enfim, como sempre digo, ela sempre esta nos momentos extremos, dos melhores aos piores já vividos.

A Thamires Moura, que sempre se prontificou a ajudar nos trabalhos acadêmicos quando as regrinhas nos atrapalhavam, e por todas as comemorações sem motivos. Aos amigos Nielson Lourenço, Diego e José Dantas pela ajuda e direcionamento.

Ao meu amor Bruno Barros, pessoa com que amo compartilhar a vida, com quem tenho me sentido viva de verdade. Obrigada, por está ao meu lado nesse momento, por todo incentivo, carinho, e paciência. E por sua capacidade de me trazer paz na correria dos dias. Principalmente, por me ensinar que relacionamento não é fácil, mas quando o sentimento é verdadeiro, tudo suporta. Ah, e aos livros presenteados e a pressão pra passar logo em um Mestrado.

Aos amigos que conquistei durante o curso de graduação, a Turma 2009.2. Hileanna Carla, Débora kalinne, Gisélío Marques, Felipe Silva, e a todos os demais, os quais ficaram guardados para sempre nas minhas melhores lembranças.

Ao amigo mais distante (geograficamente), Marcos Lauder, mas sempre presente em todos os momentos me ouvindo, dando força e me passando confiança. A amiga, Renali Alves pela amizade e consideração que sempre teve por mim me acolhendo quando precisei.

Agradeço ao grupo que me acolheu CEGET-Guarabira (CEGETinho) Renata de Lima, Juliene Fernades, Maíra Araújo e aos demais companheiros “Cegeteiros”, por todas as aulas de campo inesquecíveis. Todas as reuniões, debates e puxões de orelha, certamente valeram apenas.

Aos professores que sem duvida contribuíram não apenas com seus conteúdos em sala de aula, mas que nos ensinaram principalmente a sermos humanos e cidadãos fora da sala de aula, aos quais me orgulho em dizer que desejo ser assim: Edvaldo Lima, Fábio Dantas, Antonio (Toninho), Juliana Nobrega, Juliana Villar, Hélio de França (Gordin), Aletheia Stedile, Amanda Marques, entre tantos outros que passaram por minha vida acadêmica e também por aqueles que ainda irão passar.

E com toda importância agradeço ao meu querido orientado Edvaldo Carlos de Lima por toda paciência, conversas, discussões acadêmicas e por sua amizade. Ensinando que é possível uma Geografia nova.

Meus sinceros agradecimentos!

Eles fecham as fábricas, nós abrimos. Eles roubam as terras e nós ocupamos. Eles fazem guerras e destroem nações, nós defendemos a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem e nós unimos. Porque somos a classe trabalhadora. Somos o presente e o futuro da humanidade. (Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores – Caracas, outubro/05)

043 – GEOGRAFIA

TITULO: CPT, MST E POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA: CONFLITOS EM TORNO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NOS ASSENTAMENTOS MONSENHOR LUIGI PESCARMONA E MARGARIDA MARIA ALVES I

LINHA DE PESQUISA: GEOGRAFIA RURAL E AGRÁRIA

AUTORA: JANIELE SOUZA DA SILVA

ORIENTADOR: DR. EDVALDO CARLOS DE LIMA

EXAMINADORES: PROF. DR. BERLAMINO MARIANO NETO

PROF. MS. DIEGO PESSOA IRINEU DE FRANÇA

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a temática sobre a questão agrária junto aos conflitos que ocorrem entorno dessa discussão, como também a atuação dos movimentos sociais, que contribuem para uma mudança na estrutura social da sociedade. Todavia, especificaremos apenas dois desses movimentos, o MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a CPT – Comissão Pastoral da Terra. Os mesmos fazem parte dessa busca por uma realidade social que ainda não se cumpriu. Analisando alguns dos principais conflitos históricos e sua eminente luta por desenvolvimento social, atentamos que os conflitos agrários contemporâneos partem ainda do processo de ocupação do território brasileiro, desde o seu “descobrimento”. Compreendido sobre os conflitos no espaço agrário fizemos um estudo de caso nos Assentamentos Mon Senhor Luigi Pescarmona, localizado no município de Alagoa Grande-PB, onde atuou a CPT- Comissão Pastoral da Terra e o Assentamento Margarida Maria Alves I, localizado em Juarez Távora – PB, que seguiram a luta e exemplo do MST- Movimentos dos Trabalhadores Sem Terras. Onde em ambos analisamos de que forma se deu as conquistas e a posse da terra. No primeiro, os processos sociais sucederam de forma violenta, e no segundo não se presenciou uma repressão por parte do latifundiário. Compreendemos que o conflito ocorrido no campo em favor da Reforma Agrária tem gerado mudanças significativas, mas que ainda precisam ser postas para a sociedade.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Movimentos Sociais e Conflitos e Luta pela terra.

Resumen

El presente artículo tiene el objetivo de analizar la temática sobre la cuestión agraria junto a los conflictos que ocurren alrededor de esta discusión, como también a los importantes y actuantes movimientos sociales, que contribuyen para un cambio en la estructura social de la sociedad. Sin embargo, especificaremos solamente dos de los más vultuosos movimientos, el MST – Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y la CPT – Comisión Pastoral de la Tierra. Los mismos hacen parte de esta búsqueda por una realidad social que todavía no se cumplió. Analizando algunos de los principales conflictos históricos y su eminente lucha por desarrollo social, miramos que los conflictos agrarios contemporáneos parten aún del proceso de ocupación del territorio brasileño, desde el “descubrimiento”. Comprendido sobre los conflictos en el espacio agrario hicimos un estudio de caso en los Asentamientos Mon Senhor Luigi Pescarmona, ubicado en el municipio de Alagoa Grande-PB, que sirvió junto con la CPT- Comisión Pastoral de la Tierra y el Asentamiento Margarida Maria Alves I, localizado en Juarez Távara – PB, que seguirán a lucha e ejemplo do MST- Movimientos de los Trabajadores Sin Tierras. Dónde en ambos analizamos de qué forma se sucedió las conquistas y la posesión de la tierra. En el primero, los procesos sociales sucederán de forma violenta, y en el segundo no se presenció una represión por parte del latitudinario. Después de una observación, comprendemos que los conflictos ocurridos en el campo en favor de la Reforma Agraria tiene generado cambios significativos, pero todavía necesitan ser puestas para la sociedad.

Palabras-llave: Reforma Agraria, Movimientos Sociales y Conflictos y Lucha por la tierra.

1. INTRODUÇÃO

Analisando a questão agrária e os conflitos existentes em torno desta discussão, juntamente aos consideráveis e atuantes movimentos sociais, a CPT- Comissão Pastoral da Terra e o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, compreendemos que os conflitos têm como propósito a democratização e distribuição da terra, como forma de continuar lutando por seus direitos no campo. Dessa forma, dialogar sobre Reforma Agrária seria tratar das lutas em defesa dos direitos sociais e de permanência na terra, lugar onde vivem e sobrevivem, conseguindo de forma digna seu sustento e moradia no campo.

Esse debate advém, sobretudo, de um processo histórico de colonização ocorrido em nosso país e que vem de um longo decurso de lutas exaustivas, violentas e desiguais. Para melhor compreender essa concepção de desigualdade social, econômica e histórica do nosso país em relação ao acesso a terra é preciso retornar a esse debate sobre processo de colonização.

Segundo Caio Prado Júnior (1984), a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa do que a antiga feitoria, mas com o mesmo caráter que ela, sendo destinado a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu, e completa dizendo que,

É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JUNIOR, 1984, p. 12).

Dessa forma, quando os portugueses aqui chegaram, estabelecendo o cultivo da lavoura canavieira nas terras onde já existiam habitantes, os nativos indígenas que passaram a ser sistematicamente expulsos ou exterminados para que se cumprisse o projeto europeu de grande interesse econômico.

A monocultura passaria então a exigir grandes investimentos em capital. As terras seriam para o cultivo e precisariam também de mão de obra para todo o trabalho e as execuções das tarefas de produção, tais como: limpar e preparar o solo, plantar, colher e fabricar produtos derivados, dos quais se destacava o açúcar, fazendo assim surgir o ciclo da cana-de-açúcar.

Ainda de acordo com o autor supracitado,

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. (PRADO JUNIOR, 1884, p. 12).

Com a chegada dos europeus, e entre eles religiosos que os acompanhavam com o intuito de forjar os interesses dos dominantes, trouxeram também na bagagem do “descobrimento” e colonização diversas mazelas e atos de atrocidades e crueldades, a fim de modificar a cultura e produção indígena, despertando, desde esse período, problemas que estão presentes em nossa contemporaneidade.

Esse processo deixou grandes problemas estruturais na divisão das terras. Essa má distribuição deu origem aos grandes latifundiários, fazendo com que muitos não chegassem a possuir um pedaço de terra, enquanto uma minoria dominava grandes propriedades rurais no Brasil. Eis aqui a origem dos conflitos por terra, visto que as desigualdades eram/são extremas no campo. Os conflitos estão presentes na configuração da história das lutas no campo.

Diante desse contexto, o interesse pela temática da questão agrária, surgiu durante a disciplina de Geografia Agrária, onde foi possível ir a campo e conhecer na prática a realidade dos acampamentos e assentamentos visitados durante esse período em que estive no curso. As histórias vivenciadas relatadas pelos camponeses e trabalhadores rurais sobre os conflitos que participaram e do desejo por igualdade social, dessa luta pela terra, acabou despertando um desejo particular em querer saber e conhecer mais sobre essa gente que não cessa de lutar em busca de seus direitos e de uma vida melhor no campo.

Perante isso, os assentamentos Monsenhor Luigi Pescarmona em Alagoa Grande/PB e Margarida Maria Alves I em Juarez Távora/PB, aqui discutidos e analisados são exemplos de lutas, conflitos e resistência pela terra. Ambos lutaram e continuam lutando por melhorias no campo tendo como objetivo uma Reforma Agrária estrutural.

Assim, o objetivo da pesquisa é analisar a configuração dos conflitos sociais do/no campo como atuam e quais as mudanças que podem trazer para a sociedade. Visto que os movimentos buscam uma transformação social que não vise apenas interesses do capital.

Partindo para os procedimentos metodológicos, foi possível fazer um levantamento bibliográfico de obras que tratam sobre a temática como: dissertações, teses, levantamento de dados secundários (INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, MST,

CPT) e pesquisas de campo, a fim de referenciar através do estudo de caso o processo de luta pela terra por meio dos conflitos no campo.

1.1 Os conflitos e os movimentos sociais.

Os conflitos sociais sejam eles por Reforma Agrária, direitos, justiça, etc. sempre tiveram grande importância na construção da história do país, porém como já foi exposto daremos ênfase aqui a dois movimentos o MST e a CPT os quais lutaram e contemporaneamente lutam para chegar a uma efetivação da Reforma Agrária no Brasil. Mesmo sendo historicamente discutido entre intelectuais e estudiosos que tentam resgatar as relações sociais do campo, esse assunto precisa ser constantemente (re)discutido na sociedade. É preciso termos consciência que os conflitos surgem principalmente por diferenças no monopólio da terra. Para a CPT:

Os conflitos decorrem, por um lado, da ação de grupos que lutam contra o acesso desigual à terra e ao uso dos recursos naturais, contra a insegurança da posse e a distribuição concentrada da propriedade. Por outro, decorrem também da reação dos grandes proprietários aos esforços empreendidos pelos movimentos sociais para reduzir a concentração fundiária, democratizar a terra e pressionar o Estado a mudar o padrão de suas políticas agrárias em um contexto de fechamento da fronteira (CPT- Conflitos no Campo- Brasil 2012. p,18)

Sabemos que esses enfrentamentos são gerados pelo não cumprimento e/ou por ineficiência de políticas públicas agrícolas, visto que os maiores índices de conflitos continuam sendo pela terra. Segundo a CPT:

A exploração da terra para fins de acumulação de riqueza tende a dar lugar a uma violência expropriatória destinada a subtrair terras às famílias camponesas, seja pela ação de grileiros ou agentes do agronegócio, seja por grandes projetos hidrelétricos ou de mineração, seja pela destinação de terras públicas devolutas e do uso de seus recursos. Uma violência intimidatória é também acionada na tentativa de inibir o ânimo organizativo e a resistência de trabalhadores do campo; outras formas de violência são exercidas das relações de trabalho, com a intensificação das condições de exploração ou constrangimento dos trabalhadores para que estes se submetam a condições de trabalho degradantes (CPT- Conflitos no Campo- Brasil 2012.19)

Sobre essa questão a tabela abaixo nos mostra o número de conflitos ocorridos entre os anos de 2007 e 2012 no campo brasileiro. A partir dele podemos constatar que os conflitos

por terra oscilaram, tendo o seu maior número em 2012, com 1067 conflitos, isso pode ter ocorrido pela ineficácia do Estado na efetivação da reforma agrária, tendo sido direcionado a atenção em investimentos ao agronegócio, o que explica a grande concentração. (Tabela 1)

Tipos de conflitos em números absolutos por ano Brasil.

ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
TERRA	1027	751	854	853	1035	1067
CONFLITOS TRABALHISTAS	416	373	285	242	260	182
ÁGUA	87	46	45	87	68	79
OUTROS*	8			4		36
TOTAL	1538	1170	1184	1186	1363	1364

Fonte: (Cadernos da CPT- Conflitos no Campo- Brasil 2012 p18)

* Outros, em 2012, referem-se a conflitos em áreas atingidas pela estiagem.

Assim, ao analisar a tabela é possível perceber através dos números que os conflitos ocorridos no Brasil prosseguem e que os maiores índices gerador dos mesmos continuam sendo por terra junto às questões agrárias.

Os conflitos não necessariamente surgem do uso da violência física, pois podem adquirir outras formas não perceptíveis. Servem, para mostrar onde está o problema gerador de desigualdades, impulsionando transformações na sociedade. A violência concreta só vai aparecer então, como reação à intensidade em que o conflito ocorre. Muitas vezes essa violência no campo não está presente apenas na forma de agressão física, porém, sabemos que ainda acontece no cenário agrário brasileiro, sendo apenas maquiada ou até mesmo ocultada pela grande mídia. Desde o início existiram tentativas e efetivações de assassinatos, torturas, forçando e expulsando os trabalhadores rurais a saírem das terras, além disso, ainda existe a violência moral, psicológica, entre tantas outras barbáries.

Perante todas essas informações e de acordo com a CPT, (2012) a violência não se dá somente por meio de agressão física, mas, além disso, pelo:

[...] o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo. (CPT, 2012, p. 11).

Esses conflitos no processo de disputa por terra foram se intensificando e tomando proporções maiores em todo o país, como historicamente nos mostra o geógrafo Ariovaldo

Umbelino de Oliveira, no livro *A Geografia das Lutas no Campo*, em que ele trabalha detalhadamente os principais conflitos no campo, entre eles estão: as Lutas das Ligas Camponesas, Lutas pela Terra no Paraná e as Lutas dos Colonos nas Fazendas de Café (OLIVEIRA, 2005, p, 19).

Visto assim, os conflitos são mais que simbólicos momentos históricos do país são realidades que precisam ainda ser postas em prática, assim, percebe-se que as transformações só começaram a ser sentidas através dos conflitos que resultaram em muitos casos, em melhorias e mudanças na sociedade, evitando a aglomeração dos grandes centros urbanos, que acaba dificultando ainda mais o acesso aos serviços básicos. Causando mais revoltas. Para a CPT,

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de produção. Estes conflitos acontecem entre as classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT- Conflitos no Campo- Brasil 2012, p. 10).

É partir do enfrentamento que se tem o momento crucial do conflito. A questão maior está no fato de que alguns esses encontros são tratados como atraso ao “desenvolvimento” econômico, prejudicando assim o país. Porém, ao analisar essa questão é possível ver que a realidade é diferente, esse paradigma precisa ser compreendido pela sociedade não como atraso, mas soluções possíveis para mudanças na estrutura fundiária do país, como efetivação da Reforma Agrária.

Para melhor compreensão, Fernandes (2004) conceitua a conflitualidade como um processo constante, alimentado pelas diversas contradições e desigualdades do capitalismo. O interesse do capitalismo agrário vem ampliando sucessivamente, todavia, por outro lado os camponeses continuam lutando para ter seu lugar.

Entretanto, sabe-se que esses paradigmas estão presentes nos próprios estudos em relação a essa problemática, pois discutir a questão agrária requer uma profunda análise crítica que abrange um campo de conhecimento na forma de desenvolvimento do território, de técnicas, ou práticas que leve em conta a estrutura agrária e fundiária. Desta forma as ocupações por terra não podem ser vistas apenas como confrontos, mas sim de luta pela vida digna que pode ser gerada no campo. A luta pela terra esta relacionada na busca do desenvolvimento territorial e não pode ser considerada como algo que acontece por fora, mas

como algo presente, uma luta diária que busca constante melhoria de vida pra quem precisa da terra para sobreviver.

Os movimentos sociais sempre buscaram se impor a esse modelo de desenvolvimento capitalista rural que beneficia apenas os interesses do capital. Fazendo parte de uma longa trajetória histórica em busca de direitos que não são cumpridos. Lutando pela conquista de bens, direitos, ações contra injustiças sociais, discriminações, que ferem a dignidade humana. Equipamentos estes que são considerados necessários para obter uma vida digna. Assim, delinearemos no item a seguir a importância do MST e da CPT na luta pela terra no Brasil.

1.2 Os movimentos sociais CPT e MST.

Como já foi exposto, priorizaremos aqui dois desses importantes movimentos, a CPT- Comissão Pastoral da Terra e o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vêm lutando e formando organizações sociais, em busca principalmente de uma territorialização do espaço que vise contribuir para um desenvolvimento social.

A CPT surgiu no ano de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. Ajudando a defender as pessoas da crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado¹.

Nasceu para apoiar e ajudar os menos favorecidos que lutavam contra as desigualdades impostas pelo capitalismo e conseqüentemente por um rigoroso regime militar, surgindo para assessorar os que precisavam de acolhida.

Segundo Mitidieiro Junior (2008. p. 149) foi nesse contexto que nasceu a Comissão, como um “braço” de apoio aos injustiçados do campo brasileiro. E completa ainda, que não é por menos que se encontra nos documentos da CPT, a afirmação de que nasceu em tempos de violência e milagre.

As mobilizações de luta por Reforma Agrária desde o surgimento da CPT a fim de garantir os direitos sociais dos camponeses, eram associadas aos proprietários como uma difusão do “comunismo” e “infiltração” comunista da igreja ou faziam uso de outros

¹ Disponível em www.cptnacional.org.br, acesso em agosto de 2013.

argumentos, com o objetivo de criar modalidades de temor aos trabalhadores rurais com perseguições ou violência física. (PAIVA NETO, 2012, p, 121).

A CPT passou por vários momentos durante sua formação e atuação, todavia, continuou agindo sempre da forma como pastoral, sendo um conjunto de circunstâncias sociais e eclesiais, Mitidieiro Júnior (2008). Voltada para ajudar os oprimidos do campo, seguindo um dos mandamentos bíblicos, a CPT viu nos trabalhadores do campo uma necessidade de apoiar e ajudar na luta social. Assim,

Ela deveria ser uma comissão, um serviço em favor do crescimento da articulação, proporcionando as assessorias necessárias, promovendo a dinamização dos trabalhos pastorais em favor das comunidades camponesas de cada região. (MITIDIEIRO JUNIOR, 2008, p, 157).

Para nossa realidade regional, a CPT-PB também teve um importante papel junto aos conflitos, segundo Mitidieiro Júnior (2008), a CPT se fez presente na mais importante organização de luta camponesa da história desde país, antes do surgimento do MST, que foram as ligas camponesas. Segundo Paiva Neto (2012),

A relação entre a CPT e os camponeses por reivindicações sociais ecoaram no campo paraibano, trazendo uma carga de busca pela contenção dos questionamentos. Nesse sentido, passaram a se tornar frequentes os processos, envolvendo tanto os religiosos e como os camponeses relacionados com a contestação das expulsões e do não cumprimento das leis referentes ao campo. (PAIVA NETO, 2012, p, 192).

Assim, a CPT buscou ajudar e contribuir junto aos movimentos sociais, mesmo não se considerando um movimento social. Sua intenção sempre foi estar ao lado dos trabalhadores do campo, em meio aos conflitos dos diferentes grupos sociais, como nos mostra Mitidieiro Júnior (2008),

Estar junto com os posseiros em processo de expulsão, despejados e assassinados, com os camponeses em geral em processo de expropriação, com os sem terra em luta, com os trabalhadores escravos etc. era e é estar em meio a conflitos, por isso a CPT tem sido eminentemente uma pastoral de conflitos. (MITIDIEIRO JUNIOR, 2008, p, 159).

A luta sempre foi constante na ação da CPT, estar junto nos processos históricos dos conflitos no campo, colaborando e defendendo a Reforma Agrária ao lado dos camponeses, fez com que o debate sobre a questão agrária e os conflitos gerados através dela, ganhassem

maiores proporções. Assim, a CPT colaborou e continua colaborado com as histórias das lutas dos movimentos sociais em busca de direitos no campo.

1.3. Surgimento e ações do MST

A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST teve seu início no primeiro encontro nacional de trabalhadores rurais sem terra, realizado entre os dias 21 a 24 de Janeiro no ano de 1984, desde então foi ganhando espaço e grande influência nas conquistas pelos direitos no campo. Atualmente esse movimento se faz presente em vinte e quatro estados brasileiros.

Este movimento vem crescendo cada vez mais pelo fato de que os trabalhadores estão mais conscientes dos seus direitos constitucionais e que podem lutar por melhores condições de vida, sem medo confrontam tanto contra os latifundiários quanto ao Estado. Segundo Fernandes (1999, p.10) os últimos 20 anos de ocupações de terra foram uma das principais maneiras de se ter acesso a terra, e que não há como compreender sua formação sem entender a ocupação da terra. Completa ainda, que o MST tem sido a principal organização no desenvolvimento nessa forma de luta.

O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a. (FERNANDES, 1999, p. 08).

Assim, é necessário que haja a ocupação, Fernandes (1999) completa,

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado. (FERNANDES, 1999, p. 08)

O movimento dos sem-terra trouxe consigo nesses longos anos de luta, a resistência e recriação espacial e territorial que de forma cada vez mais ampla aprimora a luta no campo. Visto que não adianta tentar suprir apenas com a moradia, a luta continua por educação, saúde, suporte agrícola, infraestrutura, etc. A cada dia um novo desafio precisa ser vencido, dando continuidade ao movimento de lutas.

Desta forma as famílias assentadas não buscam apenas produzir seus produtos no campo, mas lutar por um bem comum, criando e recriando sua existência na territorialização de novos assentamentos. Ressaltando que esses assentamentos são consequências dos conflitos, que por sua vez desenvolve o espaço conquistado. Desta forma, o objetivo primordial das forças sociais que lutam por uma Reforma agrária não se limita apenas em “ganhar” grandes quantidades de terras, buscam, sobretudo a utilização desse espaço para gerar desenvolvimento² entre as famílias dos pequenos trabalhadores rurais.

Se compreendermos que garantir o acesso à terra aqueles que precisam dela como fonte de sobrevivência é garantir também dignidade, esperança e um futuro melhor para todos. Visto que os camponeses produzirão alimentos com preços condizentes que atendem a maioria da população, fazendo que haja melhor distribuição da renda nesse setor e minimizando assim o elevado saldo migratório que temos nas áreas rurais não só do nosso estado, como de todo o país com efeitos de Reforma Agrária. Sendo assim, não é difícil compreender o que é a questão agrária. Fernandes (2004) nos mostra que,

A questão agrária não é um enigma. Sua compreensão é possível, desde que seja analisada na sua essência, sem subterfúgios, reconhecendo e revelando os seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão no tratamento da questão agrária. (FERNANDES, 2004, p, 4).

Essa questão esta presente há séculos em nosso meio, e só possível compreende-la se partimos da análise do núcleo que a envolve, sua gênese. Ela nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz de um lado a concentração da riqueza e conseqüentemente por outro a expansão da pobreza e miséria, resultados dos fatores políticos e econômicos (Fernandes 2004). E completa ainda,

Desta forma a questão agrária estará concomitantemente ligada as conflitualidades existentes no processo de movimento, destruição e recriação

² Esse desenvolvimento difere daquele pensado pelo Estado neoliberal, o qual o camponês é visto como pequeno capitalista, tecnificado e modernizado.

das relações sociais e de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital (Oliveira, 1991, p. 24-5 *Apud* Fernandes 2004).

Entretanto, muito ainda precisa ser feito e conquistado dentro dos movimentos sociais e na sociedade. Poderíamos até perguntar se atualmente esses movimentos tem “caído” em relação aos conflitos registrados no passado. Essas lutas seguem em grande percurso desde a década de 90 quando aprofundaram os conflitos, a partir desse período o Estado se viu recuado, passando a aparentar políticas públicas de assentamentos. Entretanto, os avanços em relação a políticas de reforma agrária, ou seja, as suas atribuições dos direitos reais sobre as terras agrícolas sempre teve seu procedimento de acordo com os interesses econômicos dos latifundiários.

Dessa forma, um dos principais vilões da Reforma Agrária é o capital do agronegócio, que vem crescendo e monopolizando todo o espaço, ficando assim cada vez mais difícil dialogar em favor da Reforma Agrária. Um dos principais problemas é justamente a falta de “diálogo” entre latifundiários, Estado e camponês, visto que é impossível, pois os interesses são altos.

2 POLÍTICAS PÚBLICA E A QUESTÃO AGRÁRIA

Começo então com uma simples pergunta: Podemos dizer que de fato existe uma efetiva política pública de Reforma Agrária no Brasil? O país debate essa temática a cerca de sessenta anos e parece não ter fim essa discussão, deixando sempre pendente os problemas a serem resolvidos. Os governantes preferem continuar ocultando-a, a efetiva-la como justiça social e digna para todos.

No final da década de 1950, quando passaram a se tornar cada vez mais presentes os movimentos de reivindicações em favor das questões pelas reformas de bases, as quais lutavam por melhoria agrária, urbana, estudantil, bancária etc. começaram a fazer parte da agenda política brasileira. É nesse mesmo período começam a se intensificar os conflitos sociais.

É essa concentração desigual da terra nas mãos de poucos em forma de propriedades privadas que irá aglutinar toda a riqueza do capital, havendo uma ligação direta entre latifundiários e empresários.

Uma primeira ideia de política agrária surge no país em 1962 com a criação da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA). Através das reivindicações feitas pelas Ligas Camponesas na região Nordeste em favor da Reforma Agrária. Porém, não durou muito tempo, pois logo em 1964 veio o golpe militar, que adiou por longos anos qualquer tipo de diálogo e gerando diversos conflitos sociais. Ironicamente, foi nesse período que surgiu a Lei de Reforma Agrária, o Estatuto da Terra, isso levou os grandes latifundiários obter capital (Oliveira, 2009).

As políticas de incentivos que foram criadas no período dos governos militares como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) contribuiu significativamente para a fusão e consolidação dessa política econômica fundiária.

Assim, Oliveira (2009) mostra que:

Segundo as estatísticas cadastrais do INCRA, em 1967, em termos totais, o Brasil tinha 3.638.931 imóveis rurais; destes, 1,4% (50.945) eram imóveis classificados como grandes propriedades (mais de 1.000 hectares) e ocupavam 48,9% (176.091.002 ha) da área total de 360.104.300 hectares. Em 1978, o número total de imóveis era 3.071.085, e as grandes propriedades representavam 1,8% (56.546), ocupando 57% (246.023.591 ha) da área total (419.901.870ha). No pólo oposto estavam os pequenos imóveis, com área inferior a 100 hectares, que representavam em número, em 1967, 86,4% (3.144.036), mas ocupavam uma área de apenas 18,7% (67.339.504 ha). Em 1978, eram 83,8% (2.581.838 ha) ocupando 14,8% (59.939.629 ha) da área total (OLIVEIRA, 2009, p. 28).

A avançada modernização da agricultura brasileira aumentou consideravelmente a área fundiária, e conseqüentemente a desigualdade social. Insatisfeitos com a situação, trabalhadores e camponeses intensificaram as lutas em prol da Reforma Agrária dando dimensões maiores, fazendo com que levasse obrigatoriamente o Estado tomar medidas sobre a questão de políticas públicas fundiárias.

É de suma importância continuar insistindo em fazer uma Reforma Agrária estrutural, de forma a corrigir as desiguais distribuições da terra. Visto que o artigo 184 da Constituição Federal do país prever que compete a União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. (OLIVEIRA, 2009, p. 128).

O país dispõe de terras suficientes para ser distribuído, o Brasil possui uma área de 850 milhões de hectares, (OLIVEIRA, 2009 p. 50). Ariovaldo, ainda nos mostra a divisão feita pelo INCRA dos hectares de terras que o Brasil possui e a visível desigualdade da concentração da terra entre os grandes e pequenos proprietários.

Há também, entre os 420 milhões de hectares cadastrados no INCRA, um total de 4,2 milhões de imóveis. Entre eles, a concentração fundiária indica que a área média nas grandes propriedades é de 2.700 hectares, enquanto que nas pequenas é de 25 hectares, ou seja, mais de 100 vezes menor. Entre estas grandes propriedades, o INCRA, ao aplicar a Lei 8629 de 1993, que define os índices de produtividade, encontrou 120 milhões de hectares de terras improdutivas, o que equivalia a 70% do total. Ou seja, a grande propriedade é no Brasil, majoritariamente, improdutiva e este é seu caráter fundamental. (OLIVEIRA, 2009, p. 30).

Ou seja, os que julgamos de Políticas Agrárias no Brasil não passam de apenas propostas de uma possível Reforma Agrária, continuam tentando ofuscar aqueles que sonham em conquistar o seu direito a terra. O objetivo de políticas públicas deve ser de interesse social e beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades distintas, no sentido de oferecer condições para superar as desigualdades existentes.

Têm-se um espaço físico para distribuir essa população desabrigada, no Brasil devido os milhões de áreas de terras devolutas, terras estas de propriedade da União e Estado. O problema pode estar exatamente nesse ponto, visto que a maioria dessas terras é cercada ilegalmente por grandes latifundiários. Conforme Oliveira (2003) nos mostra,

Este é o lado complexo da distribuição das terras no país, pois, por onde quer que se ande pelo território brasileiro, sempre há alguém dizendo que as terras que ele cercou são suas. E mais: Não há por este país continente um metro quadrado de terra que não tenha alguém que se diga dono. O fato ocorrido foi que aqueles que dizem “proprietários” cercaram mais terras do que aquelas que seus documentos registram. (OLIVEIRA 2009, p 27).

Objetivo fundamental é a favor da Reforma Agrária, não apenas para ter posse da terra, mas para a efetivação de um espaço digno para pequenas famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais que dependem da mesma pra viver e se manter no campo, sem precisar depender do modelo de produção capitalista.

Na região Nordeste, isso pode ser comprovado a partir da análise a sua estrutura fundiária, é o que ressalta Costa (2010) quando diz que a monocultura foi introduzida nas terras nordestinas de maneira voraz, impiedosa, destruindo pelo caminho tudo o que impedisse o fortalecimento do capital. Dessa maneira a diversidade dos ecossistemas foi rompida devido à uniformidade dos canaviais, com interesses de introduzir cada vez mais o monopólio da cana-de-açúcar. Sobre esta questão Gilberto Freyre (1967) diz:

Sabe-se o que era a mata do Nordeste, antes da monocultura da cana: um arvoredado “tanto e tamanho e tão basto e de tantas plumagens que não podia homem dar conta.” O canavial desvirginou todo êsse mato grosso do modo mais cru: pela queimada. A fogo é que foram se abrindo no mato virgem os claros por onde se estendeu o canavial civilizador mas ao mesmo tempo devastador. O canavial hoje tão nosso, tão da paisagem desta sub-região do Nordeste que um tanto irônicamente se chama ‘a zona da mata’, entrou aqui como um conquistador em terra inimiga: matando as árvores, secando o mato, afugentando e destruindo os animais e até os índios, querendo para si tôda a fôrça da terra. (FREYRE, 1967, p. 45).

No caso do Nordeste, como já apontava Freyre, conhecido principalmente por suas “mazelas” e a qual o Brasil tem uma dívida social e historicamente impagável, apresenta contrastes em sua formação posta por aqueles que pensam conhecer a região, delimitando-a pelo flagelo da seca.

Todavia, os problemas ultrapassam a aridez da região nordestina, sabendo que as dificuldades encontradas vão além da falta de água, ou solos inadequados. Os problemas são na verdade principalmente de origem social. É preciso pensar no Nordeste de maneira a desenvolvê-lo, sem prejudicar ainda mais essa região.

Como vem acontecendo com a Zona da Mata Paraibana que, segundo Lima (2013) hoje se caracteriza com Zona da Cana, pois em consequência do processo devastador que se estende até o momento substitui drasticamente a paisagem da mata atlântica pela paisagem canavieira, construída historicamente pelo modelo agroexportador do açúcar e principalmente hoje, do etanol. (LIMA, 2013. p, 73).

Em decorrência dos processos de modernização no final do século XX, quando constitucionalmente o governo federal lança o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), criado pelo decreto nº 76.593, é que começou a ter influência a partir de Julho de 1979. Na verdade, não passa de um esquema alternativo proposto pelo governo militar na época o Presidente Geisel, que tinha com interesse de barrar a dependência energética, tendo como meta principal substituir os derivados tradicionais de petróleo, como o da gasolina, por exemplo, para produzir a Biomassa através da cana-de-açúcar (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Entretanto, parece difícil mudar essa realidade que vem sendo construída durante séculos. Dessa forma podemos observar que para a política agrária governamental é mais

vantajoso economicamente as grandes indústrias dos grandes empresário/latifundiários, como acontece com a cana-de-açúcar, cacau, algodão, trigo, café, soja e tudo aquilo que renderá retorno e cada vez mais lucro ao capital.

Se há uma pobreza imperialista no meio rural, esta se dá devido às dificuldades que os camponeses encontram em relação à obtenção ao acesso a terra. Assim, para efetivar uma reforma agrária, seria imprescindível ao desenvolvimento social, econômico e também político do Brasil, pois a agricultura familiar camponesa³ constitui uma maneira eficaz de sustentar os moradores que vivem no meio rural, evitando que migrem para as grandes cidades, aglomerando cada vez mais, segundo Oliveira (1995) os bolsões de misérias já instalados nos centros urbanos. Desta forma, investir de fato em políticas de Reforma Agrária seria manter o camponês no campo, dando a eles condições para produzir e se desenvolver no meio rural.

3 JUNÇÃO, TEORIA E PRÁTICA: ESTUDO DE CASO SOBRE OS CONFLITOS OCORRIDOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS MONSENHOR LUIGI PESCARMONA E MARGARIDA MARIA ALVES I

Como foi visto o conflito parte do desejo de obter uma mudança social. Todavia, esses conflitos não precisaram ser violentos da maneira que acontece para que se possam ter resultados. Raramente encontrarmos conflitos agrários que não tenham gerado alguma forma de violência, ocasionando muitas vezes mortes de pessoas inocentes, sem que até hoje tenha sido feito algum tipo de justiça. No caso do assentamento a ser tratado a seguir, o confronto ocorreu de forma violenta, mas sem vítimas fatais.

O Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona, localizado na cidade de Alagoa Grande-PB, foi um dos tantos assentamentos que sofreram repressões e violência durante o processo de luta e acampamento. O assentamento recebeu este nome pelos próprios trabalhadores camponeses, a fim homenagear o Padre que ajudou a enfrentar as grandes dificuldades e constantes conflitos durante a ocupação das terras.

Monsenhor Luigi Pescarmona teve sua formação sacerdotal na Itália. Onde já sofria influencia de outros sacerdotes italianos em favor da justiça social. Desde cedo sentiu que seu dever era de ajudar o próximo. Sentia desejo de sair em missões, sobretudo, para África. No

³ Que difere da agricultura familiar nos moldes do governo FHC.

entanto, acabou sendo mandado para o continente americano. Chegou ao Brasil em Outubro de 1966, período de grande repressão em que uma ditadura militar havia se instalado e comandava o país.

Momento em que as dificuldades de trabalho no campo e também nas cidades eram muitas. Segundo PAIVA NETO (2012, p. 89) o campo passava por tensões decorridas da concentração fundiária e o monopólio dos créditos, os quais beneficiavam os grandes proprietários rurais, tendo uma ausência na legislação social específica para os camponeses.

Antes de vir para o Nordeste, Pescarmona passou 11 anos no estado de Minas Gerais na cidade de Teófilo Otoni, onde teve que ser transferido por sofrer ameaças de morte por proprietários e jagunços. A justiça social que continuava a buscar foi sentida na experiência através da militância junto aos trabalhadores rurais quando chegou à Paraíba em 1977, para ficar na região onde atualmente compreende a diocese de Guarabira. De onde acompanhou os principais conflitos agrários seguidos de violência. Esse foi um processo penoso, pois apresentou uma série de dificuldades na medida em que a eminência da violência era sempre presente. (PAIVA NETO, 2012, p 115).

Monsenhor Luigi, participou de vários momentos de conflitos pela terra na Paraíba, momento em que as lutas eram intensas e violentas. Sua trajetória de vida e de luta é bastante longa, assim, especificando ele debateu sobre o tema na época e ajudou muitos trabalhadores a enfrentar as adversidades.

Ligado à diocese de Guarabira e coordenador da CPT-PB, Monsenhor Luigi, participou e presenciou os conflitos ocorridos em toda região da diocese. Onde perdemos grandes líderes camponeses, dentre eles João Pedro Teixeira⁴ e Margarida Maria Alves⁵, que foi assinada por defender as lutas por terras e os direitos trabalhistas em Alagoa Grande, mas falaremos mais adiante sobre sua luta.

Em estudo de caso, visitamos entre os dias 26 e 27 de Outubro de 2013, o Assentamento aqui tratado. Onde obtivemos vários relatos de vida e luta daqueles que estiveram desde o início do processo de acampamento e que permanecem até hoje assentados.

Segundo os próprios assentados que participaram dos conflitos e confrontos entre camponeses e policiais na praça em frente ao palácio do governador em João Pessoa. Em

⁴ Defensor do povo do campo e líder das Ligas camponesas, João Pedro Teixeira foi assassinado em uma emboscada armada por latifundiários da região.

⁵ Discorreremos mais adiante sobre sua luta e morte, por defender e ser a favor da questão agrária e das terras em Alagoa Grande.

entrevista concedida com senhor Arnaldo José de Oliveira⁶ que mora no assentamento há 17 anos, sobre o processo de acampamento, ele nos conta,

O processo de acampamento foi muito sofrido. A gente sofria muito. Passamos mais de mês na Praça em João Pessoa. Depois, o governo chamou os policiais, e eles chegavam tudo armados e metendo bala. Levaram uns 50 logo presos. Eu fui um dos baleado e levado pra o hospital e lá também era cercado de policiais e sargentos, tinha uns que diziam: sai da luta rapaz, se não vai acabar morrendo. E eu dizia, num saio, num tem problema eu to na minha razão, e respondia a eles mesmos, tinha uns companheiros que mandava eu me calar. (Arnaldo de Oliveira).

Com relação à ajuda da CPT, nos foi dito que a igreja colaborava principalmente na questão de alimentação, levando comida aos lugares onde estivessem acampados, e disponibilizando lonas para o acampamento. Não os desamparavam, estando presente nos conflitos. PAIVA NETO (2012) faz lembrar que os religiosos ligados a CPT também foram acusados de influenciar os camponeses, por serem os autores intelectuais dos atos de violência no campo.

Em outro relato, concedido pelo camponês José Berlamino Trajano⁷, conhecido por todo no assentamento por Fernando, nos relata sua história durante esse período. Com apenas 11 anos de idade já acompanhava o pai durante os processos de conflitos e ocupação. Esteve presente na ocupação da Praça em João Pessoa, mas quase não saía da barraca, pois o pai não deixava participar da movimentação devido à intensidade do conflito. Conta que viu pessoas machucadas, mas não tinha medo. Sobre esse processo ele nos relata,

Nasci e me criei na luta, moro aqui com minha família graças a essa luta, não pretendo sair daqui nunca. Teve gente que cresceu comigo, mas que saíram porque não queriam mais ficar no campo, e foram trabalhar fora. Eu não vou porque a única coisa que eu sei é plantar e viver no campo.

A fotografia a seguir faz alusão ao texto acima, momento de dialogo sobre a conquista do assentamento com o camponês Fernando que retornava do trabalho no campo com sua esposa e seus dois filhos. (Fotografia 1.)

⁶ Entrevista concedida no Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona.

⁷ Entrevista concedida no Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona.



Fotografia 1: O camponês Fernando e sua família voltando do trabalho no campo no Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona.
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

A ocupação na fazenda Gomes em Alagoa Grande-PB como foi visto, ocorreu de forma violenta. Seguida de duas fases de conflitos, a primeira em 1989, quando os camponeses começaram a lutar pela terra onde seus familiares trabalharam por quatro décadas, porém foram desarticulados. Sem muito resultado, no ano 1994 começaram a fazer contato com os agentes da CPT. As articulações passaram a ser feita semanalmente, sobretudo com a ajuda do Monsenhor Luigi Pescarmona, buscando formulações de reivindicações em torno da Reforma Agrária na área (PAIVA NETO, 2012, p, 208).

A partir desse período os conflitos se intensificaram, ganhando proporções maiores em todo o estado e na mídia, principalmente nas rádios. Diversas denúncias foram feitas, porém, o Juiz da época João Alves deu apoio à família Onofre, mesmo tendo conhecimento das agressões aos camponeses. Relata o confronto o Jornal, O Norte: após os camponeses serem atingido pelos disparos, cerca de “50” trabalhadores foram ao socorro dos colegas e desarmaram o fazendeiro e ainda tomaram a espingarda 12, frequentemente em poder de um capanga do proprietário (1º de dezembro de 1994, p, 5. Apud PAIVA NETO, 2012, p, 209).

Assim, mais uma vez a família latifundiária acusou pela articulação da agressão o Monsenhor Luigi coordenador da CPT-Guarabira e Frei Anastácio coordenador regional da CPT, entre

outro religiosos ligados a CPT. Mas adiante, as acusações contra o Monsenhor Luigi só aumentaram, segundo PAIVA NETO (2012),

Devido à participação nas reivindicações pela reforma agrária nas fazendas Carvalho e Gomes, monsenhor Luigi Pescarmona foi acusando de formação de quadrilha; mentor intelectual das “invasões” e de ser o responsável pelas instruções em relação aos atentados contra Manuel Onofre, herdeiro e inventário da fazenda. (PAIVA NETO, 2012, p, 215).

Muitos outros confrontos ainda foram registrados durante o processo de ocupação, a família Onofre passou a buscar apoio judiciário contra os camponeses, e junto também com o governo de José Maranhão. Desta forma, PAIVA NETO (2012), nos mostra que em Agosto de 1996, uma manobra foi feita pelo Governador do PMDB e do senador Humberto Lucena contra os camponeses e em favor do latifundiário, que ficou conhecida como “tiro da ‘misericórdia’” devido a intervenções feitas em Brasília.

As lutas continuavam, e a família Onofre recorria das decisões que não lhe eram favoráveis. Assim, um longo processo de luta e conflitos continuava, até começar algumas partes das terras serem desapropriadas. No caso do assentamento que recebeu o nome do Monsenhor Luigi Pescarmona, desapropriação não saiu junto com as terras da fazenda Gomes. Ficando alguns camponeses ainda acampados na fazenda, o Assentamento Monsenhor aparece nesse desmembramento das terras.

Após a conquista do assentamento cerca de 29 famílias, receberam pela divisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, 9 hectares de terra para viver, produzir e reproduzir. A maior parte da produção é para consumo próprio, como, feijão, inhame e fava, apenas o milho é vendido pra fora. O assentamento recebe algumas assistências da prefeitura de Alagoa Grande, como atendimento médico uma vez por mês, entretanto, este não vem acontecendo regularmente, e o abastecimento de água é transportada por carro para abastecer as cisternas.

Apesar das intensas lutas e da conquista dos assentados, a estrutura do assentamento ainda é bastante precária, principalmente na questão da infraestrutura, como a falta de pavimentação das ruas e saneamento básico, que vise condições de formação de Vilas. Como podemos observar nas fotografias a seguir. (Fotografia 2 e 3)



Fotografia 2: Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona. Em períodos chuvosos o assentamento fica impossibilitado de qualquer tipo de locomoção.
Fonte: Trabalho de campo, 2013.



Fotografia 3: Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona.
Fonte: Trabalho de campo, 2013

A imagem a seguir da sequência ao que foi posto acima em relação à estrutura física do assentamento. A escola que funciona nos turnos manha e tarde abrange apenas da educação infantil ao fundamental I, por não possuir estrutura física suficiente para atender a demanda de estudantes do assentamento até a conclusão do fundamental II. A conclusão do ensino Fundamental e Médio é realizada na cidade de Alagoa Grande. (Fotografia 4)



Fotografia 4: Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Luigi Pescarmona.
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Outro desafio enfrentado no assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona está sendo a migração, sobretudo, dos jovens que saem em busca de oportunidades de emprego em outras cidades e até fora do estado, trabalhando em outras atividades que não sejam no manuseio da terra. Levados por múltiplos fatores do atual modelo de consumo e vida que a sociedade impõe, acabam se desviando, ocasionando a perda de suas origens. E diversos trabalhadores e trabalhadoras rurais estão abandonando seus lotes em busca de uma renda extra para suprir suas necessidades.

Diante disso, é imprescindível que novas medidas sejam tomadas para retomar e desenvolver novas perspectivas com finalidades de preservar a produção de alimentos, garantindo a todos um modo de continuar a produzir a agricultura familiar camponesa.

No tópico a seguir, discutiremos o Assentamento Margarida Maria Alves I, e seu processo histórico de ocupação, luta, conflito e violência. O qual difere do processo realizado no Assentamento Monsenhor Luigi Perscamona. A fim de confrontar a questão do uso da violência no campo.

3.1. Processo de luta e conquista do Assentamento Margarida Maria Alves I.

O Assentamento de Reforma Agrária escolhido para dar continuidade a base na pesquisa do trabalho de conclusão do curso, aconteceram entre os dias 29, 30 e 31 de Março 2013. E recebe o nome de Margarida Maria Alves I, em homenagem a mulher que foi assassinada na porta da sua própria casa por lutar junto aos trabalhadores do campo contra as desigualdades sociais, e por justiça. Margarida Alves foi líder sindical na cidade de Alagoa Grande-PB, tendo grande influência e participação nos conflitos nesse período, sem jamais ter medo de ir à luta.

Margarida foi uma das mulheres pioneiras na luta por direitos trabalhistas no campo, suas lutas em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais geraram vários conflitos, pois seus discursos e ideias confrontavam com os interesses dos grandes latifundiários. Esses confrontos resultaram em sua morte, Margarida foi assassinada em sua própria residência por jagunços por ordem de fazendeiros.

Sua colaboração e participação frente aos conflitos no campo foram de fundamental importância. Margarida buscou inovar quando quis fundar um centro de educação e cultura do trabalho rural. Desta forma, não podemos pensar em Margarida Alves, sem pensar em uma mulher guerreira que lutou até o fim e nos ensinou que a luta sempre deve continuar. Assim,

A morte de Margarida Alves, contudo, não foi em vão. Ela se tornou inspiração para que muitas outras mulheres, Elisabets, Marias, Franciscas, desafiassem suas antigas situações de gênero e se tornassem líderes rurais. Assim, homenageando Margarida, homenageia-se nesta coletânea todo esse contingente feminino que, com frequência, permanece em posições

subalternas na luta sindical, no trabalho cotidiano e na ótica das autoridades e mesmo no discurso acadêmico (WOORTMANN et al, 2007, p. 17)

Diante de toda sua história de luta, os camponeses assentados decidiram dar continuidade a luta. Onde também receberam influências de ações e história de luta do MST. O assentamento localiza-se entre os municípios de Juarez Távora, Alagoa grande, Gurinhém e Mulungu, sendo apenas reconhecido e recebendo assistências (transporte, educação, saúde, etc.), da cidade de Juarez Távora, visto que a maior concentração de terras se encontra nesta localidade.

A ocupação se deu na fazenda São Marcos como era conhecida, pertencia ainda ao ex-prefeito da cidade de Santa Rita, Marcos Odilon. Quando tiveram a informação que o mesmo possuía uma grande dívida com o Banco Nordeste, e que a terra seria hipotecada, dezesseis famílias de posseiros passaram a ocupar a mesma no ano de 1997.

Ao ver que os posseiros já estavam acampados e que não iriam desistir da luta pela terra, o ex-prefeito resolveu deixar para a justiça decidir como seria realizado o processo de apropriação dos acampados. Na fotografia a seguir mostramos parte da fazenda São Marcos, onde foi feita a primeira ocupação pelos trabalhadores rurais. (Fotografia 5.)



Fotografia: 5. Fazenda São Marcos, um dos primeiros lugares da ocupação.
Fonte: Trabalho de campo 2013.

Entretanto, um fazendeiro que também possuía terras nas proximidades, não satisfeito com a ocupação dos posseiros, vendeu sem permissão e de forma irregular partes das terras São Marcos para fazenda João de Obra. O conflito passou a ser da fazenda João de Obra contra os posseiros. Todavia, não durou por muito tempo e não houve confronto ou uso de violência para deliberar a terra. Em seguida o INCRA foi acionado, visitou o acampamento levando já uma proposta de assentamento, desta forma, aos poucos as terras passaram a ser de fato até então dos acampados.

Segundo um dos primeiros moradores que nos concedeu a entrevista, Severino Sebastião de Oliveira⁸, 62 anos, relata que devido à demora de um técnico do INCRA responsável pela divisão igualitária das terras por hectares fez com que os moradores contratassem um técnico por conta própria, o que ocasionou uma má distribuição da terra. Alguns chegaram a ficar com menos de 7 hectares, enquanto outros ultrapassaram os 20 hectares. Porém, são conscientes da existência desse erro e contam nunca ter ocorrido alguma confusão grave por causa da falha.

Com as terras legalmente distribuídas começaram a arquitetar uma vila, grande parte da ajuda veio da prefeitura de Juarez Távora que disponibilizou os recursos necessários para a construção. Hoje, a vila conta com 36 famílias assentadas, algumas permaneceram no antigo acampamento devido a seus hectares pertencerem à área. O assentamento continua recebendo ajuda de um técnico do INCRA que fica responsável por toda assistência da vila, retratada na fotografia abaixo. (Fotografia 6).

⁸ Entrevista concedida pelo assentado.



Fotografia: 6 Vila, Assentamento Margarida Maria Alves I.
Fonte: Trabalho de campo 2013.

Segundo o presidente da associação Severino Rodrigues, os moradores criaram uma associação, a qual possui uma parte na terra medindo 4 ha. A maioria (81 moradores) colabora com a produção do assentamento. Produzindo para si e trabalhando para a associação ao menos uma vez na semana. A renda dos assentados é através da agricultura familiar camponesa, onde se planta feijão, inhame, legumes dentre outros alimentos para o consumo dos moradores, já a produção de milho e principalmente o algodão são conduzidos e vendidos na feira livre de Juarez Távora.

Segundo dados da associação, a COEP⁹ Comitê de Entidades no Combate á Fome e pela Vida atua desde o ano 2000 com ações voltadas para a produção comercial (cultivo e beneficiamento), tendo sido instalada nesta comunidade uma mini-usina que produz algodão colorido juntamente com o auxílio da EMBRAPA e a COEP. É também utilizada por outras comunidades fazendo uso de produção através de tear. Conta ainda com um sistema de criação de caprinos e ovinos, instalação de um telecentro e acesso a internet, ações de projetos Universidades Cidadãs com capacitações. Oferecendo oportunidades a todos.

As reuniões da associação acontecem na sua cede, sempre no segundo domingo de cada mês, biblioteca, entretanto, ainda precisam de doações para manter atualizada. Assim como já foi dito, tem uma sala de informática com internet disponível para todos que fazem

⁹ Rede Nacional de Mobilização Social. Comitê de Entidades no Combate á Fome e pela Vida.

parte da associação, os filhos dos agricultores são os mais beneficiados, pois é de grande ajuda para os trabalhos escolares. Para se adaptar as novas tecnologias criaram um site para divulgar sua história e os projetos conquistados. A fotografia a seguir mostra partes da associação de moradores assentados. (Fotografia 7.)



Fotografia: 7 Cede da associação Margarida Maria Aves I.
Fonte: Trabalho de campo 2013.

Segundo a COEP que atua no assentamento desde o ano 2000, as ações voltadas para a produção comercial do algodão (cultivo e beneficiamento), foram instaladas nesta comunidade uma mine-usina para subvencionar o algodão. A comunidade está sendo beneficiada ainda com um sistema de criação de caprinos e ovinos. A instalação de um telecentro com acesso a internet e ações do Projeto Universidades Cidadãs (diagnósticos de demandas e capacitações).

Justamente por isso, é preciso ressaltar os progressos conquistados por eles. Começando pelo fato que desde 2005 não utilizam mais nenhum tipo de agrotóxico na plantação, afirmando ainda que a produção melhorou bastante e aprenderam novas formas de plantar sem precisar usar veneno, mas o tempo a seu favor. Conseguiram construir cisternas para todos os moradores e a água encanada vem de um açude próximo. Construíram também

uma escola que funciona até o primeiro grau, concluído os estudos em Juarez Távora. Como podemos ver na fotografia a seguir. (Fotografia 8.)



Fotografia: 8 . Escola Margarida Maria Alves I.
Fonte: Trabalho de campo 2013.

Conhecida pelo sucesso adquirido em anos de trabalho realizado, a associação acolher diversos turistas que visitam a vila e hospedam-se em casas de moradores a fim de apreciar o trabalho da comunidade. A associação promove ainda viagens para os próprios moradores, buscando dar continuidade e aprimorar seus conhecimentos, já que muitos são responsáveis em planejar e apresentar palestras em outros assentamentos. Os moradores sentem-se orgulhosos de todo trabalhos realizados e os benefícios por eles conquistados. Fazem questão de mostrar as fotografias de viagens e de relatar os conhecimentos adquiridos no dia-dia. Levando sempre consigo e para os demais a frase pronunciada no assentamento: “Nós somos felizes porque conquistamos a terra”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito apresentar um trabalho relacionado à temática sobre a questão agrária no Brasil, e os conflitos em torno da mesma. A qual vem sendo discutida há décadas por diversos intelectuais e estudiosos que se dedicam a buscar e apresentar soluções para uma efetivação da Reforma Agrária.

Conhecemos que as dificuldades e desigualdades sociais partem de um longo processo histórico, processo este que é sentido contemporaneamente. Não conseguimos ainda, ou não nos permitiram superar esse passado de desigualdades, ao qual o país foi submetido.

Diversos autores buscam de sua maneira expor à sociedade que é possível dialogar sobre os problemas que o país enfrentou e, contemporaneamente, enfrenta para mudar/melhorar a estrutura fundiária no país. Entretanto, muito ainda precisa ser feito, para que haja essa compreensão maior sobre a importância do tema.

Ter como análise os conflitos agrários nos fez apreender o quanto o Brasil se “esquivou” quando se tratava da Reforma Agrária. Restando para os trabalhadores camponeses recorrer e lutar pelos direitos que não era/são cumpridos até os dias atuais.

O trabalho, além de sua base teórica, onde foi possível compreender melhor os conflitos através do processo histórico, despertou o desejo de não limitamos apenas a teoria. Entendemos que é necessária essa junção com a prática, assim, o estudo de caso nos permitiu aprofundar através das visitas e entrevistas feita nos assentamentos a questão do processo de luta, ocupação e dos casos de violência, e que é possível viver, produzir e reproduzir no campo casos que muitos ainda desconhecem. A questão agrária precisa permanecer em debate a fim de elucidar o seu importante papel na sociedade.

Os conflitos por terra são ainda tratados de forma marginalizada pela sociedade, como se os conflitos gerassem apenas violência e desordem. Montando uma imagem contaria dos movimentos sociais e dos conflitos por terra. Entretanto, são através desses enfrentamentos que os camponeses são “ouvidos” ou “percebidos” pelo governo e pela própria sociedade.

Diante do contexto apresentado fica perceptível que o Brasil precisa de ações consistentes por parte de políticas públicas agrária, que atendam as causas sociais com mais respeito, oferecendo os direitos cabíveis constitucionais a todos. Esse dinamismo social expresso nas lutas por interesses específicos e por construções de novas referências buscam junto e para a sociedade local e, sobretudo nacional uma mudança estrutural.

É preciso insistir e investir na Reforma Agrária. Pois uma Reforma Agrária estrutural é o instrumento primordial para conseguir corrigir a desigual distribuição da terra existente em nosso país. Os governantes precisam investir na infraestrutura dos projetos de assentamento, no acompanhamento técnico. Dessa forma os trabalhadores camponeses conseguiram se reproduzir enquanto classe social.

Uma dessas formas de luta, permanência e territorialização do espaço se dá nas ocupações de terra que resultaram nos projetos de Assentamentos, permitindo que os camponeses e trabalhadores rurais se reproduzam quanto classe social. Os Assentamentos conquistados pelos movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária são exemplos de resistência e alcance de novas possibilidades de se desenvolverem no espaço.

Nessa perspectiva, os Assentamentos aqui discutidos nos apontam a importância dessa luta no/do campo. Assim, os Assentamentos Monsenhor Luigi Pescarmona e Margarida Maria Alves I, são exemplos dos tantos conflitos que acontecem no cenário agrário brasileiro, os quais conseguiram conquistar a terra através de suas lutas e resistência, porém diferem quanto história e intensidade do conflito e nas suas estruturas atuais.

No caso do Assentamento Monsenhor Luigi os conflitos ocorridos durante o processo de luta e ocupação das terras se deram de forma violenta, mesmo com a conquista a luta sempre continuou pelos assentados em busca de melhores condições de vida no campo. Esse processo difere do sucedido no Assentamento Margarida Maria Alves I, no qual a conquista redeu bons resultados em sua estrutura física e geral.

Sabemos que os projetos de assentamentos são como uma ponte para Reforma Agrária, mas que ainda é preciso investir bastantes nesses assentamentos rurais dando condições de moradia e desenvolvimento para todos os trabalhadores do campo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo / Brasil 2012**. Goiânia, 2013, 188p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Seminários no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University, 2004, 57p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979-1999)**. São Paulo, 1999 (Tese de doutorado).
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- GRAZIANO da silva, José. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- HUERTAS, Daniel. Monterio. **Além dos Aspectos Puramente Acadêmicos: o trabalho de campo como uma verdadeira experiência de vida**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo: USP, n° 21, 2007.
- LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e Fragmentação da Luta pela Terra na "Zona da Cana" Nordestina: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco**. Curitiba/PR: CRV, 2013.
- LUZ, Fernando. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária –ABRA**. Campinas: Palmeiras, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. **O processo de trabalho e o processo de formação da mais-valia**. In: **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I, Vol. I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000, 571p.
- PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. **A experiência religiosa-política do Padre Luigi Pescarmona (1960-2010): Entre os *habitus* partição e o assistencial**. Campina Grande, 2012 (Tese de doutorado).
- MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja Radical: teologia da Libertação, Luta pela Terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. São Paulo, 2008 (Tese de doutorado).

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A política de reforma agrária no Brasil**. IN: SYDOW, Evanize & MENDONÇA, Maria Luiza. Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório de Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, p.27 a 37.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A política de reforma agrária no Brasil. **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2009**, p. 27, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia das lutas no campo: conflitos e violência movimentos sociais e resistência os “sem-terra” e o neoliberalismo. 2005.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2003, 78 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, José Gomes. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento**. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1971.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e desafios Teóricos**. São Paulo, 2009.

WOORTMANN, Ellen F; MENACHE, Renata; HEREDIA; Beatriz (orgs). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ NEAD Especial. Brasília, 2006.